

SIVA

Reunião debate Convenção Coletiva de Trabalho

O Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis (Siva), sob a presidência do empresário Jair Rizzi, realizou duas assembleias gerais com o objetivo de aprovar as contas da entidade, referentes ao exercício de 2015, e para autorizar a diretoria a negociar o acordo para a Convenção Coletiva de Trabalho junto ao Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores na Indústria de Confeção de Roupas do Estado de Goiás.

A prestação de contas foi apresentada pelo contador do Sindicato, Eddy Caexeta, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade pela assembleia. O presidente Jair Rizzi, sobre este assunto, ponderou a necessidade de o Siva ampliar as visitas às empresas, com o intuito de captar



novos filiados e, conseqüentemente, aumentar a receita da entidade.

Na segunda parte da reunião, os diretores se debruçaram em torno da minuta da CCT 2016-2017. A entidade deverá apresentar uma contraproposta às reivindicações

encaminhadas pela representação dos trabalhadores e a expectativa, de acordo com Jair Rizzi, é que a convenção seja fechada em bom termo pelas partes, considerando-se o momento de crise pelo qual passa a economia brasileira.



Sindicatos das Indústrias - Fieg Regional Anápolis

SindAlimentos

Presidente participa de reunião da diretoria do SIAEG

O presidente do Sindicato das Indústrias de Alimentação de Anápolis (SindAlimentos), Wilson de Oliveira, participou, no dia 27/04 último, da reunião de diretoria do Sindicato das Indústrias de Alimentação do Estado de Goiás (SIAEG), a convite do presidente da entidade, empresário Sandro Mabel.

Durante a reunião, foi discutido o plano de ação de 2016, o qual prevê a realização de eventos para a discussão de temas de interesse do setor. Sandro Mabel destacou que o objetivo é contribuir com o fortalecimento das indústrias goianas. “Queremos que os nossos produtos sejam modelo de qualidade para o Brasil”, disse o presidente do SIAEG. Em nome da diretoria, San-



dro Mabel agradeceu a presença de Wilson de Oliveira, dizendo que o SindAlimentos é um parceiro importante.

“Foi uma reunião produtiva, onde pudemos estreitar ainda mais os nossos

laços de amizade, companheirismo e de parceria”, ressaltou Wilson de Oliveira, também parabenizando Sandro Mabel e toda a diretoria do SIAEG pelo trabalho desempenhado em prol do setor.

FIEG ANÁPOLIS

Entidade representa sindicatos em evento do Simplago

Representando a Fieg e a sua regional em Anápolis, o empresário Wilson de Oliveira participou do ciclo de palestras promovido pelo Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás (Simplago). O evento aconteceu no auditório Daniel Viena, na Casa da Indústria, em Goiânia, no dia 28/04 último.

Foram duas palestras. A primeira, com o consultor Alexandre Schwartzman, sócio-diretor da Schwartzman & Associados Consultoria Econômica, sobre o cenário econômico e político no Brasil. A segunda palestra foi com o presidente da Abiplast e do SindiPlast, José Ricardo Roriz Coelho, que abordou também o cenário econômico, sob o ponto de vista do



mercado de materiais plásticos.

Wilson de Oliveira, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás e presidente da Fieg Regional Anápolis, enalteceu o evento realizado pelo Simplago. “Pa-

rabenizo o presidente Olímpio José Abrão e toda sua diretoria e equipe, pelo bom trabalho que realiza na entidade, com o objetivo de fortalecer cada vez mais este importante setor da indústria goiana”, destacou.

SINDIFARGO

Entidade realiza treinamento para profissionais

O Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo) realizou, nos dias 06 e 07 de maio, o treinamento de Avaliação de A.P.I.M.F para insumos farmacêuticos ativos, segundo as normas da Organização Mundial de Saúde. O conteúdo foi ministrado pela consultora Ana Maria Fernandes, da T&B Pharma Consulting, direcionado aos representantes das indústrias farmacêuticas que atuam nos setores de assuntos regulatórios, controle e garantia de qualidade e desenvolvimento. As atividades aconteceram no mini-auditório do Senai.



SINDIFARGO

Resolução da Anvisa é tema de debate no GEAR

O Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás realizou, no dia 14 de abril último, por meio do Grupo de Excelência em Assuntos Regulatórios-GEAR, uma reunião para estudo da Resolução da Anvisa RDC nº 73, de 07 de abril de 2016, que dispõe sobre mudanças pós-registro, cancelamento de registro de medicamentos com princípios ativos sintéticos e semisintéticos e dá outras providências. A reunião contou com a participação de 30 representantes das indústrias farmacêuticas de Goiás dos setores de Assuntos Regulatórios, Desenvolvimento e Controle e Garantia da Qualidade.



Sindicatos das Indústrias - Fieg Regional Anápolis

SICMA

Proposta de colaboração à revisão do Plano Diretor é debatida e entregue à Câmara Municipal

O Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis (Sicma) apresentou, no último dia 09/05, durante reunião ocorrida na sede da Associação Comercial e Industrial de Anápolis (Acia), o detalhamento das propostas de colaboração ao projeto de revisão do Plano Diretor, que se encontra em tramitação na Câmara Municipal. O documento foi entregue ao presidente da Casa, Lisieux José Borges, juntamente com outros vereadores que compõem as comissões técnicas responsáveis pela análise da matéria naquela Casa de Leis.

O trabalho apresentado foi contratado pelo Sicma, em parceria com a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Anápolis e a Acia, tendo o mesmo

sido elaborado por uma equipe especializada. Na reunião, os arquitetos e urbanistas Edinardo Lucas e Sergio Temer demonstraram uma série de pontos técnicos que podem ser modificados, contribuindo, assim, para o aperfeiçoamento do texto desenvolvido pelo Núcleo Gestor do Plano Diretor.

De acordo com o presidente do Sicma, Anastácios Apostolos Dagios, é necessário que o Plano Diretor seja aprovado logo, uma vez que o setor da construção passa por um momento de insegurança jurídica em razão da falta da adequação da legislação, que rege uma série de dispositivos que impactam na atividade da construção. Mas, por outro lado, reforçou a importância de se aprovar um projeto

que seja factível e que esteja o mais próximo possível do consenso entre as partes interessadas.

Anastácios Dagios reforçou ainda a importância de todos trabalharem juntos, ou seja, a Prefeitura, a Câmara Municipal e os segmentos organizados, para se chegar a um bom termo em relação à matéria, que é bastante complexa e envolve muitos interesses. Ele agradeceu os vereadores pela abertura dada às entidades para que elas possam discutir com mais profundidade a questão e apresentarem propostas que deverão ser convertidas em emendas ao texto que será levado à votação plenária. E, também, agradeceu à diretoria que tem discutido de forma bastante participativa o Plano Diretor.

Sindicatos das Indústrias - Fieg Regional Anápolis

SICMA

Sindicato participa de importantes eventos da CBIC

O Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis tem participado, ativamente, de atividades da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). No dia 26/04, representado por Laila Ferreira, o Sicma esteve presente na reunião do Fórum de Ação Social e Cidadania, que discutiu detalhes sobre a realização do Dia Nacional da Construção Social. O evento ocorrerá no mês de agosto, simultaneamente, em várias cidades brasileiras, dentre elas Anápolis, com o apoio do Sesi.



SINDIFARGO

Convenção Coletiva de Trabalho 2016

O Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo) negociou, durante o mês de abril, os termos da Convenção Coletiva de Trabalho de com o Sindicato Laboral de Goiás, que representa todo o Estado, exceto as indústrias de Anápolis.

Segundo o presidente executivo do Sindifargo, Marçal Henrique Soares, a

negociação foi bastante tranquila e já está assinada pelo presidente Heribaldo Egídio, bem como registrada no sistema mediador do Ministério do Trabalho e Emprego e na Superintendência Regional do Trabalho, em Goiânia.

“Acreditamos que esta negociação foi excelente para ambos os lados, pois todos os benefícios dos trabalha-

dores foram mantidos e o reajuste foi o INPC cheio de março/2016. Agradeço a todos que colaboraram para este sucesso, RHs e diretores das empresas”, destacou Marçal Soares, informando que a entidade está em negociação com o Sindicato Laboral de Anápolis, com propostas e contra-propostas em estudo.

EXPEDIENTE

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Pedro Alves de Oliveira
Presidente

FIEG REGIONAL ANÁPOLIS

Wilson de Oliveira
PRESIDENTE

Patrícia Oliveira
Coordenadora Administrativa

Contatos

Rua Eng. Roberto Mange, 239-A
Bairro Jundiá
Anápolis - Goiás
CEP: 75.113-630
62 3324-5768 / 3311-5565
fieg.regional@sistemafieg.org.br

SINDICATOS DAS INDÚSTRIAS

Wilson de Oliveira
Sindicato das Indústrias de Alimentação de Anápolis (SindAlimentos)
www.sindalimentosgo.com.br

Anastácios Apostolos Dagios
Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis (SICMA)
www.sicmago.com.br

Robson Peixoto Braga
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis (SIMMEA)
www.simmeago.com.br

Jair Rizzi
Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis (SIVA)
www.sivago.com.br

Laerte Simão
Sindicato das Indústrias Cerâmicas do Estado de Goiás (SINDICER/GO)
www.sindicergo.com.br

Heribaldo Egídio da Silva - Presidente
Marçal H. Soares - Presidente Executivo
Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (SINDIFARGO)
www.sindifargo.com.br

ENTREVISTA

Liberdade para negociação não é retrocesso trabalhista, diz Alexandre Furlan

A recuperação da competitividade da economia brasileira passa pela modernização das normas de trabalho. Segundo o presidente do Conselho de Relações do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Alexandre Furlan, dar segurança e liberdade para empresas e trabalhadores negociarem rotinas e formas de atuação profissional é avanço fundamental e não re-

presentam um retrocesso nas conquistas trabalhistas do país. “Diminuir um intervalo intrajornada para compensar no fim do expediente, permitindo que uma pessoa evite trânsito ou possa buscar o filho na escola, sendo de interesse do trabalhador, isso não pode ser entendido como um retrocesso”, disse em entrevista à Agência CNI de Notícias. Confira:

AGÊNCIA CNI – De que forma a lei trabalhista brasileira, que completa 73 anos em 2016, impactam a competitividade da economia brasileira? O que precisa ser feito?

ALEXANDRE FURLAN - Temos uma visão clara da necessidade de modernização da legislação trabalhista brasileira. As regras estão desatualizadas diante das novas necessidades de empresas e trabalhadores, decorrentes do avanço tecnológico, e seu efeito no mundo do trabalho. A legislação deveria ter acompanhado a evolução, na medida em que estabeleceu a proteção dos direitos do trabalhador – o que é extremamente necessário – mas ela parou no tempo. O que temos, então, é uma Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que busca adaptar a realidade a ela, quando deveríamos ter uma CLT que procura se adequar aos novos tempos.

AGÊNCIA CNI – Um caminho seria dar segurança e liberdade para a ne-

gociação coletiva? Qual seria o papel da Justiça do Trabalho?

ALEXANDRE FURLAN - A Justiça estaria lá para coibir negociações coletivas que fraudassem dispositivos legais. Mas, sem sombra de dúvidas, a partir do momento em que o Brasil observou um amadurecimento do sindicalismo, seja do lado do trabalhador, seja do patronal, é claro que negociação coletiva deveria se sobrepor àqueles aspectos da lei que estão ultrapassados. O Brasil é um país extremamente heterogêneo e isso tem enorme impacto nas relações de trabalho. Uma indústria instalada no Nordeste convive com um contexto totalmente distinto de outra instalada no ABC de São Paulo. E quem tem as melhores condições de ajustar as rotinas e as relações do trabalho são as empresas com seus trabalhadores, sempre com respeito à legislação.

AGÊNCIA CNI - Dentro de uma eventual reforma trabalhista, a valorização da negociação coletiva é



o avanço mais factível de todos os avanços necessários nessa área?

ALEXANDRE FURLAN - Sem dúvida. Além de estar previsto na Constituição, a partir do momento que houver uma sinalização de que haverá respeito à norma de autotutela, principalmente por parte do Tribunal Superior do Trabalho, àquilo que as partes negociaram livremente, teremos um avanço bastante grande. Hoje isso não é realidade justamente por causa

Sindicatos das Indústrias - Fieg Regional Anápolis

CONTINUA ENTREVISTA

da insegurança jurídica. O que acontece é que, mesmo quando uma empresa e um sindicato firmam um acordo com amparo na lei, há um cancelamento dessa negociação por força de uma decisão judicial.

AGÊNCIA CNI - Que cláusulas, por exemplo?

ALEXANDRE FURLAN – Um dos casos é o de uma empresa instalada no interior em que é firmado um acordo para fornecer transporte àqueles trabalhadores que moram em áreas não servidas pelo transporte público. Isso é bom para a empresa, porque assegura o comparecimento do seu trabalhador, e bom para o empregado, que tem a conforto de um transporte chegar em sua casa. Mas aí vem uma ação civil pública e o tribunal entende que o tempo passado na condução fornecida pela empresa deve ser contada como hora in itinere (em trajeto) e computada em sua jornada de trabalho como hora extra. Ou seja, essa cláusula nunca mais entrará em uma negociação coletiva.

AGÊNCIA CNI - Algumas centrais sindicais têm dito que negociar cláusulas como a adoção de rotinas mais flexíveis ou de local de trabalho são um retrocesso trabalhista. Como o senhor avalia essas colocações?

ALEXANDRE FURLAN - Essa é uma visão míope. Retrocesso na legislação trabalhista seria supressão

efetiva de direitos do trabalhador. Todos os direitos do trabalhador estão em patamar constitucional (férias, 13º salário, FGTS, INSS, jornada de trabalho), não tenho como suprimi-los. Quando falamos de modernizar e flexibilizar, estamos defendendo relações do trabalho que não estão expressamente descritas numa legislação de 73 anos. Diminuir um intervalo intrajornada para compensar no fim do expediente, permitindo que uma pessoa evite trânsito ou possa buscar o filho na escola, sendo de interesse do trabalhador, não pode ser entendido como um retrocesso. São necessidades como essas que variam de acordo com a região do país e que deveriam ser negociadas, sem que fossem taxadas de retrocesso.

AGÊNCIA CNI - E por que não se consegue ter segurança para se negociar cláusulas como essas?

ALEXANDRE FURLAN - O fator principal de nossa não evolução é que, toda vez que se busca discutir a modernização das relações do trabalho no Brasil, de mostrar a necessidade de mudança, enfrentamos o debate ideológico do “capitalista explorador” contra “trabalhador explorado”. Esse tipo de conversa não combina com o século XXI. Só há retrocesso para quem não enxerga no futuro. Para quem tem que competir e produzir num mercado global, é preciso pensar em mudanças numa legislação que tem amarras indiscutíveis

para as empresas e trabalhadores exercerem seus direitos de negociar livremente.

AGÊNCIA CNI - Como experiências de outros países, desenvolvidos e em desenvolvimento, que reformaram suas leis trabalhistas para melhorar a competitividade da economia, podem ensinar ao Brasil?

ALEXANDRE FURLAN – Ensina que aquilo que estamos defendendo há muito tempo é verdade, que tem fundamento. Mostra que aqueles que se opõem à modernização das relações do trabalho estão marcando passo, atrasando o desenvolvimento do nosso país. Dizemos que a Europa, por exemplo, está na nossa frente, que ela enxergou a necessidade dessas mudanças buscando equilibrar a proteção do trabalhador com a competitividade e a produtividade de suas empresas. Então por que nós, que somos um país em desenvolvimento, vamos seguir aqueles modelos antigos que todos estão abandonando? Será que todo mundo está andando na contramão da história e só o Brasil e uns poucos países que adotam o protecionismo exacerbado estão certos? Eu acredito que não. A nossa agenda não é uma agenda corporativa, é uma agenda para o Brasil de mudanças necessárias para que o país reencontre o caminho do crescimento e da modernidade.

Por Guilherme Queiroz
Da Agência CNI de Notícias

Sindicatos das Indústrias - Fieg Regional Anápolis